

Tunísia: o sucesso da transição democrática e os seus desafios

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Seria de esperar que o berço da Primavera Árabe, a Tunísia, seguisse o mesmo caminho que os países afectados pela onda revolucionária que assolou o mundo Árabe. Surpreendentemente, apesar da deposição do líder autocrático Zine El Abidine Ben Ali, a Tunísia evitou cair numa espiral de instabilidade e edificou uma transição democrática que, ao fim de três anos, continua inabalada. O resultado da segunda volta das eleições presidenciais será decisivo. O desfecho tanto poderá ser um passo importante na consolidação da democracia, como o restabelecimento do autoritarismo ou, na pior das hipóteses, um futuro semelhante ao da Líbia e do Egipto. Não obstante o aumento das tensões entre secularistas e islamitas após a deposição de Ben Ali, em Outubro de 2011 foram realizadas com sucesso as primeiras eleições legislativas livres e justas na história da Tunísia. O partido islamita moderado Ennahda venceu a disputa, seguido pelo partido liberal Congresso para a República (CPR) e pelo partido de esquerda Ettakatol. Banido durante o regime de Ben Ali, o Ennahda procurou assegurar os investidores e os secularistas da sua natureza moderada,¹ tendo ainda criado, um mês depois das eleições, uma coligação com o CPR e o Ettakatol. A 26 de Janeiro de 2014 foi finalmente aprovada a nova constituição, considerada uma das mais progressistas na região.² Acresce que foi

na mesma altura empossado um novo governo interino, como forma de resolver diferenças entre o partido islamita no poder e os secularistas. Esta transição pacífica foi feita, de acordo com o líder do Ennahda, “para o benefício do país” e mostrou ainda o objectivo do partido em construir “consenso e democracia”.³

Em Outubro de 2014, o partido secular Nidaa Tounes, criado após a revolução de 2011 e que conta com ex-membros do regime de Ben Ali nas suas fileiras, venceu as eleições legislativas sob uma plataforma eleitoral explicitamente anti-islamita. O Ennahda reconheceu a derrota—não conseguindo no entanto garantir a maioria.⁴ A perda do domínio parlamentar pelo Ennahda deveu-se à sua incapacidade de resolver os problemas económicos e ao aumento da violência no país.⁵ De facto, quando considerando a instabilidade na região, em particular na Líbia e no Egipto, os tunisinos terão votado a favor da ordem e segurança que

oposição “New Tunisian Constitution Adopted” (*Tunisia Live*, 26 de Janeiro de 2014) e “Tunisia signs new constitution into law” (*Aljazeera*, 27 de Janeiro de 2014).

3 Um dos objectivos da mudança do regime foi ainda exercer uma nova abordagem aos problemas económicos e à ascensão de grupos radicais islamitas. “Tunisia’s Islamists cede power to caretaker government” (*Reuters*, 29 de Janeiro de 2014).

4 “Islamists concede defeat in Tunisia’s historic vote” (*Al Arabiya*, 27 de Outubro de 2014).

5 Em particular o assassinato de membros da oposição e aumento da actividade de islamitas radicais “Tunisians Are Shaken as Young Women Turn to Extremism” (*The New York Times*, 20 de Novembro de 2014).

1 O líder do partido comparou o Ennahda ao AKP da Turquia. Ver “Ghannouchi: ‘Our Party Is Close To Turkey’s AKP’” (*Tunisia Live*, 29 de Agosto de 2011).

2 O atraso na aprovação do documento deveu-se às fortes disputas sobre o papel da religião na política, bem como ao assassinato de dois líderes da



o Ennahda não foi capaz de garantir. O novo governo eleito pretende agora esperar pelo resultado das eleições presidenciais para estudar a possibilidade de uma coligação.⁶

As eleições presidenciais de 23 de Novembro de 2014 foram as primeiras livres e justas desde a independência. Nenhum dos candidatos presidenciais garantiu uma maioria absoluta, sendo agora necessária uma segunda volta—a realizar-se a 14 ou 21 de Dezembro—para apurar os vencedores, a ser disputada entre os dois candidatos que garantiram mais votos: Beji Caid Essebsi, líder do Nidaa Tounes, e Moncef Marzouki, actual Presidente interino.⁷ Os resultados irão ditar o futuro da transição democrática. Seguindo a tendência das eleições parlamentares, o favorito será, à partida, Essebsi, líder do Nidaa Tounes. Com 87 anos, Essebsi fez parte de dois governos autoritários desde a independência. Entre a sua base de apoio encontram-se os sindicatos, a esquerda política, as elites e aqueles que pretendem o regresso à ordem que precedeu a deposição de Ben Ali. Por outro lado, o seu oponente, Moncef Marzouki, beneficia do apoio do eleitorado do Ennahda, na medida em que o partido islamita moderado não apresentou um candidato presidencial. No entanto, o facto de o seu partido, o CPR, ter feito parte da coligação governamental com o Ennahda poderá prejudicar a sua candidatura presidencial. Os laços entre o Nidaa Tounes e o regime de Ben Ali geram receios de que a restauração do regime será o objectivo último.⁸ De facto, existe o risco de que se o Nidaa

Tounes—que detém o direito de nomear o primeiro-ministro—garantir a maioria parlamentar e a presidência, uma forma de governo autoritário possa renascer. No entanto, obter a maioria parlamentar requer uma coligação com os islamitas moderados do Ennahda—o que terá provavelmente a oposição da ala dura dos secularistas—, ou com um leque de partidos mais pequenos e radicalmente diferentes entre si em termos ideológicos—o que poderá desestabilizar o governo. Sendo a mais exequível, uma possível coligação com partidos mais pequenos será uma tentativa do Nidaa Tounes em conseguir obter maior alavancagem sobre o forte aparelho político do Ennahda e sobre a sua significativa representação parlamentar. Com 69 deputados—o Nidaa Tounes tem 86—o Ennahda tem capacidade para criar impasses no parlamento.⁹ Acresce que mesmo na eventualidade de uma coligação entre os secularistas e partidos mais pequenos, o Nidaa Tounes terá sempre no Ennahda um forte opositor.

Considerando a dificuldade do Nidaa Tounes em estabelecer uma coligação que lhe garanta uma maioria parlamentar estável, o partido secular terá duas opções. Ceder à linha dura do partido e excluir o seu maior rival de uma possível coligação, o que apresenta riscos significativos tendo em conta a capacidade parlamentar do Ennahda. Acresce que a exclusão dos islamitas moderados implicará pôr de lado uma parte considerável da população,¹⁰ simultaneamente aumentando as divisões entre secularistas e islamitas. A segunda opção será continuar a tendência de compromisso que tem marcado a política tunisina desde a transição para a democracia. Contudo, esta solução não é isenta de obstáculos, na medida em que não só a ala dura secularista do partido se oporá, como

A composição do governo e o resultado das presidenciais indicará o nível de consolidação da transição democrática, sendo que a continuação da tendência de compromisso será essencial para consolidar a democracia na Tunísia. O contrário poderá significar a reposição de um regime autoritário ou, na pior das hipóteses, desperdiçar os três anos de transição democrática e colocar a Tunísia no caminho seguido pela Líbia ou pelo Egipto.

6 "After Elections, Tunisia's Nidaa Tounes Seeks Alliances to Govern" (*Voice of America*, 30 de Outubro de 2014).

7 "Runoff Will Decide President of Tunisia" (*The New York Times*, 25 de Novembro de 2014).

8 "Polls close in Tunisia's first free election" (*Aljazeera*, 24 de Novembro de 2014).

9 "Tunisian Republic: Election for Parliament" (*Election Guide*, Outubro de 2014).

10 O Ennahda garantiu os votos de aproximadamente 30% dos eleitores nas eleições legislativas de Outubro de 2014.



também os eleitores que votaram no Nidaa Tounes em forma de protesto contra o Ennahda ficarão certamente desapontados com a decisão de se incluir os islamitas moderados no governo.

Quando considerando os desenvolvimentos noutros países afectados pela Primavera Árabe, torna-se claro que a vontade dos movimentos políticos e sociais em chegarem a um compromisso foi a chave para a unidade e relativa estabilidade vivida na Tunísia desde a deposição de Ben Ali. Seguramente, a composição do governo e o resultado das presidenciais indicará o nível de consolidação da transição democrática, sendo que a continuação da tendência de compromisso será essencial para consolidar a democracia na Tunísia. O contrário poderá significar a reposição de um regime autoritário ou, na pior das hipóteses, desperdiçar os três anos de transição democrática e colocar a Tunísia no caminho seguido pela Líbia ou pelo Egipto. Em suma, a história recente da Tunísia evidencia que um compromisso eleitoral que inclua os dois maiores partidos tunisinos será a melhor forma de consolidar a estabilidade económica, política e social do país. A predominância política dos secularistas e a exclusão dos islamitas moderados constituirá um retrocesso perigoso para um país que é já considerado um modelo de transição democrática.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

